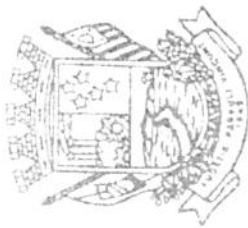


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2025 DE POÁ/SP

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, nas dependências da Câmara municipal, situado na Rua Vereador José Calil, nº 100 – Centro – Poá/SP, conforme ampla divulgação realizada nos meios de comunicação local, e de modo a cumprir as exigências legais da Gestão Fiscal Responsável. Teve início a audiência pública para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, que contou com a participação dos representantes das Secretarias Municipais da Fazenda, da Mulher, de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Habitação de Interesse Social, de Esportes, de Turismo, de Indústria e Comércio, de Comunicação Social, da população e Vereadores, conforme relação anexa. Iniciada a Audiência Pública às 18h12m. Secretário da Fazenda Sérgio Ruiz Armiliato deu abertura agradecendo a presença de todos, informou que a divulgação da referida audiência foi publicada no diário oficial eletrônico de 19/04/2024 e no site oficial da Prefeitura, bem como e-mail para encaminhamento de perguntas e sugestões. Esclareceu que esta primeira audiência de elaboração obedece a Constituição Federal – art. 165, inciso II, Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 – Art. 48 e Plano Plurianual 2022 a 2025 – Lei nº 4.197/21. Seguiu com apresentação dos slides, ilustrando as peças orçamentárias PPA, LDO e LOA. Os valores consignados neste projeto de lei são consistentes e foram definidos pela estimativa de arrecadação das receitas, calculadas de forma segura e conservadora, conforme demonstrado no quadro I (Cálculo das Receitas do Anexo de Metas Fiscais), considerando o cenário econômico atual. O Projeto da LDO traz no seu texto e anexos, os dispositivos que disciplinam a elaboração do Orçamento Municipal, buscando o equilíbrio das finanças públicas, o estabelecimento das metas da administração municipal, e a determinação dos resultados fiscais do Município para o exercício de 2025. Adotamos como parâmetro para fins de cálculo à valores correntes em 4,50% do Índice acumulado anual para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, a título de inflação, conforme projeção do IPCA estabelecida pelo Banco Central do Brasil. Nestes termos os quadros – Receitas, Despesas e Dívidas, aqui apresentados para demonstrar a consistência dos dados, deram suporte para o cálculo do Resultado Primário e Resultado Nominal, conforme demonstrativo 1 do anexo de metas fiscais. Sérgio explanou sobre os orçamentos anteriores, onde o melhor momento de receita foi em 2016, praticamente o mesmo em 2023, o valor de R\$ 435.431.176,00, que atualizado pelo IPCA para hoje representaria R\$ 634.752.541,63, o que dificulta hoje manter os serviços essenciais e obrigatórios sem maiores crescimentos. Apresentou a

projeção das Receitas Municipais, Receita Tributária R\$ 126.425.000,00, Receita de Contribuição R\$ 4.742.000,00, Receita Patrimonial R\$ 13.068.000,00, Transferências Correntes R\$ 307.951.000,00, Outras Receitas Correntes R\$ 17.607.000,00, Dedução Fundeb R\$ -34.802.000,00, Receitas de Capital R\$ 11.533.000,00, Estimativa Total R\$ 446.524.000,00. Explanou também a Projeção das Despesas, Pessoal e Encargos R\$ 230.863.000, Outras despesas correntes R\$ 180.445.000,00, Juros e Encargos da Dívida R\$ 4.378.000,00 e Despesas de Investimentos R\$ 30.838.000,00, Totalizando uma Receita estimada em R\$ 446.524.000,00. As despesas por secretarias e por órgãos ficam da seguinte forma, Poder Legislativo - Câmara Municipal R\$ 17.497.000,00, poder Executivo total de R\$ 429.027.000,00, sendo R\$ Gabinete do Prefeito R\$ 2.550.000,00, Secretaria de Administração R\$ 7.648.000,00. Secretaria de Assuntos Jurídico R\$ 3.794.000,00, Secretaria da Fazenda R\$ 25.791.000,00 Secretaria da Educação R\$ 151.763.000,00, Secretaria da Saúde R\$ 104.283.000,00, Secretaria de Governo R\$ 2.321.000,00, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social R\$ 18.143.000,00, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais R\$ 5.208.000,00, Secretaria de Indústria e Comércio R\$ 3.296.000,00, Secretaria de Obras 15.064.000,00, Secretaria de Segurança Urbana R\$ 11.148.000,00, Secretaria de Esportes R\$ 3.493.000,00, Secretaria de Turismo R\$ 4.817.000,00, Secretaria da Mulher R\$ 842.000,00, Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana R\$ 13.964.000,00, Secretaria de Serviços Urbanos R\$ 46.688.000,00, Secretaria de Cultura R\$ 2.985.000,00, Secretaria de Habitação R\$ 1.349.000,00, Secretaria de Planejamento R\$ 1.740.000,00, Secretaria de Comunicação Social R\$ 2140.000,00 Totalizando R\$ 446.524.000,00. Essa apresentação de projeção muito distante da realidade econômica, estamos ainda no primeiro quadrimestre. Estamos à disposição para qualquer esclarecimento ou proposta. Professor Franklin Valdemar membro de liderança sindical municipal perguntou ao secretariado Sergio se a receita para o funcionamento publico está previsto par reajuste salarial dos servidores ou retorno do vale alimentação. Sérgio respondeu, quanto ao reajuste tem um processo em vigor onde está previsto um reajuste de 3,93% baseado na inflação, com relação ao vale alimentação esta sendo estudado pela administração a possibilidade de estender o beneficio a mais pessoas ou aumentar o valor. Vamos entrar em um período eleitoral que temos algumas restrições, tanto no ponto de vista financeiro quanto algumas restrições impostas pela legislação. Cleyton Souza Gonçalves, gestor cultural do município perguntou se já esta previsto os recurso da Aldir Blanc nos valores apresentados para próximo exercício? Sérgio respondeu que sim, os valor já esta disponível para abertura de despesas, a secretaria de cultura esta dando andamento na

documentação necessária para execução. Cleyton ressaltou que o município está atrasado com o andamento de utilização do referido recurso e perguntou se há previsão de ampliação dos recursos para cultura nos próximos anos fora o previsto pelo federal para amparar o setor cultural dada a importância desse setor? Sergio respondeu, com a situação financeira atual tem dificultado muito devolver a população os serviços essenciais, inclusive a cultural, então não temos grandes movimentações na receita. Cleyton perguntou, é possível ainda fazer alguns ajustes? Essa peça tem as diretrizes, no orçamento LOA que define quanto vai para cada segmento, então há possibilidade sim de ajustes. Nosso apelo é que a prefeitura não se apegue a esses valores previstos para os próximos cinco anos, pouco se discute essa ampliação ao longo dos anos, a cultura em todas as cidades Brasil infelizmente é uma baixa prioridade e nós precisamos que haja uma mobilização para ampliação excluindo os valores que vem do estado. Patricia Vereadora questionou o valor de quatro milhões destinado a secretaria de Turismo, esse valor poderia ser aplicado em outras áreas, é uma divisão que não bate, não tem na Cultura, mas tem 4 milhões na pasta do Turismo, uma contestação para que haja estudo na divisão. Sérgio respondeu que neste caso da secretaria de Turismo 2,5 milhões são de transferência que vem do DADE para Balneário. Gisele Magalhães conselheira municipal de cultura, quando se fala de recursos da cultura nós temos uma secretaria que gasta quase 100 mil reais com folha de pagamento e não sobra praticamente nada, uma sugestão é melhorar o som do teatro, hoje nós temos um teatro que está sendo usado de forma errada conforme decreto de uso, quando é usado arrecada cerca de 3.500 reais porque o espaço é inferior. Investir no teatro de Poá, investir nos equipamentos culturais é aumentar a arrecadação da cidade, então nós precisamos. Perdemos título por descaso, por falta de compromisso, e na cultura estamos quase perdendo mais de quatro milhões, falta profissionais na Secretaria de Cultura comprometida para dar andamento. Temos dinheiro na conta do fundo municipal de cultura que quem gerir é o conselho, porém este conselho não é convocado desde que quem assumiu a presidência do conselho foi o setor público, quando era a presidência pela sociedade civil o conselho municipal de cultura de Poá era um dos melhores do Brasil, então precisa pensar no orçamento, precisa pensar para receber dinheiro para promover políticas públicas para cultura. Sérgio agradeceu a participação de todos. Não havendo perguntas agradeceu a presença do pessoal técnico, dos secretários presentes e deu por encerrado a audiência às 18h42m. Eu, Renata Conceição de Faria Silva, secretariei os trabalhos, digitei e conferi a presente Ata.



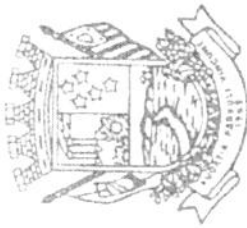
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Lista de Presença 25/04/2024

NOME	REPRESENTANTE	ASSINATURA
Marcos Fidei de S. Filho	Pso1	
Handline Gonçalves	Diretora Câmara	
FRANKLIN VALDEMAR DE NASCIMENTO	APCP-POÁ	
Gisele S. C. M. Fagundes	Conselheira de Cultura	
Silvia Pires	SNZ	
Colun Jov dos Santos	SME	
Lucia B. Soares	Associação JSF	
D. Delimar Bezerra Bezerra	Ass. Cultural Operária	
Amélia da Silva Alves	Secretaria da Fazenda	
MARIA OLIVEIRA SANTOS CANDELA	SECRETARIA DE TURISMO	
Ante Conceição de Faria Silva	Secretaria da Fazenda	
Diene André da Silva Melo	Secretaria da Fazenda	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Lista de Presença 25/04/2024

NOME	REPRESENTANTE	ASSINATURA
FRANCIVALDO ALVES DA SILVA	SECRETARIA DE OBRAS	
FÁBIO HENRIQUES	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	
Elyton Cláudio Gonçalves	BRILHANTE TRANSFORMAÇÃO/LOZIK	
Leandro B. de Siqueira	(Sen) de comunicação	
Carlos Alberto Pereira	Legislativo	
David de Araújo Campos	VEREADOR	
Lucas FERRARI	VEREADOR	
Patrícia Boni de Souza	VEREADOR	
Renata Cristina dos Santos	Sec. de Indústria e Comércio	
Julia Tamara B. da Rocha	Secretaria Municipal	
Valdeia Rocha	Secretaria Municipal	
GERALDA DÍAZ	Secretaria Municipal	



**AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA O EXERCÍCIO DE 2025**

Lista de Presença 25/04/2024

[illegible]